

Como os telejornais representam a família moderna

Fernando de Araujo Garcel
Viviane Rodrigues Peixe

Resumo:

A discussão sobre a representação da família no jornalismo é colocada em pauta neste artigo devido a discussão que ocorre na Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei 6.583/13, que cria o Estatuto da Família, um documento que pretende definir como tal apenas aquelas formadas pela união tradicional de “um homem, mulher e filhos”. O artigo discute a influência da mídia na representação do conceito de família nos telejornais da Rede Globo de Comunicação por meio de uma análise qualitativa, com critérios quantitativos, das reportagens da emissora publicadas em sua plataforma virtual, o “Globo Play”. O veículo foi definido pois é um braço do maior conglomerado de mídia da América Latina e possui altos índices de audiência em todo o território nacional. Por fim, a pesquisa cruza dados públicos da composição de núcleos familiares brasileiros com o que é transmitido pelos telejornais da emissora e encontra um contraste gritante no que trata sobre representação.

Palavras chave: família; imprensa; representação social; telejornal

Abstract:

The discussion on family representation in journalism is placed on the agenda in this article because the discussion that takes place in the House of Representatives on the Bill 6.583 / 13 establishing the Statute of the Family, a document that you want to set as such only those formed the traditional union of "one man, woman and children." The article discusses the influence of the media on behalf of the family concept in TV news Rede Globo de Comunicação through a qualitative analysis, quantitative criteria, issuing the reports published on its virtual platform, "Globo Play". The vehicle was set because it is one of the largest media conglomerate arm in Latin America and has high ratings throughout the national territory. Finally, the research crosses public data of the composition of Brazilian households with what is transmitted by television news and the station is a stark contrast in what is about representation.

Keywords: family; press; social representation; TV newscast

Introdução

Por família, entende-se a “instância básica no intermédio entre indivíduos e a sociedade”. O grupo familiar também representa uma das várias instituições que reproduzem a ordem social do meio. Por ordem social entende-se as regulamentações sociais, as regras e as demais engrenagens para o funcionamento da sociedade (ENGELS, 1975).

O papel de “agente socializador”, que é dado às famílias, foi estudado pela Escola de Frankfurt por Adorno e Horkheimer. Para o pensamento marxista da escola, família

apresenta-se primeiro como uma relação espontânea e natural que, depois, vai se diferenciando até chegar à moderna monogamia e, em virtude desse processo de diferenciação, cria uma área distinta, que é a das relações privadas. [...] Na verdade, a família não só depende da realidade social, em suas sucessivas concretizações históricas, mas também está socialmente mediatizada, mesmo em sua estrutura mais íntima (ADORNO & HORKHEIMER, 1971, p.131, tradução nossa).¹

Na mesma linha de pensamento, o antropólogo Claude Lévi-Strauss afirma que o conceito de família, “baseada na união mais ou menos duradoura de indivíduos que fundam um lar e procriam” está presente em todos os tipos de sociedade e é “um fenômeno universal”. Isso se justifica porque a união de pessoas em qualquer sociedade ocorre não só para reprodução da espécie, mas também como uma ferramenta para divisão de tarefas, formando uma associação econômica (LÉVI-STRAUSS, 1986).

Para tentar formular um conceito a partir do ponto de vista antropológico, Lévi-Strauss estudou as organizações familiares em tribos dos cinco continentes. Assim como Engels, o autor conclui que a família existe em tantos formatos que buscar um padrão heteronormativo e matrimonial não representaria as diferenças encontradas. É comum na história humana identificar formações poligâmicas², poliandras³ e

¹ “*Aparece historicamente, primero, como una relación espontáneo-natural, que luego se va diferenciando hasta llegar a la figura moderna de la monogamia; em virtud de este processo de diferenciación, crea una esfera separada, la de las relaciones privadas. Esta última se presenta a la consciência ingênua como uma islã ubicada em el flujo de la dinámica social, como residuo del idealizado estado natural. Em verdade, la familia no sólo depende de la realidade social em sus sucessivas concreciones históricas, sino que está mediatizada socialmente hasta em su estructura más íntima,*” (ADORNO & HORKHEIMER, 1971, p.13).

² Que, ou aquele que tem mais de um cônjuge simultaneamente (MICHAELIS, 2016).

³ Designativo da mulher que tem mais de um marido ao mesmo tempo (MICHAELIS, 2016). Comum em organizações matriarcais, como se observa em algumas tribos da Polinésia (LÉVI-STRAUSS, 1986).

monogâmicas⁴ (ENGELS, 1975). Para Engels e Strauss, esses modelos coexistiram em diversos momentos da história, mas foram se modificando até tornarem-se o agente socializador da sociedade moderna como a que conhecemos no ocidente.

Na Europa Medieval, o casamento e a formação de famílias não aconteciam com base no amor sexual. A formação de famílias nessa época acontecia apenas para atender interesses econômicos. Para a aristocracia e para a nobreza europeia, a transmissão de propriedades era o que fundamentava o casamento. Para os menos favorecidos, a continuidade do trabalho agrícola era o que envolvia o grupo familiar. De acordo com o historiador francês Georges Duby (DUBY, apud. GIDDENS, 2000, p.64), “não havia lugar para ‘frivolidade, paixão ou fantasia’ no casamento da Idade Média”. Já em diversas regiões da África, ocorre justamente o contrário, e a família e o casamento só são constituídos após a mulher dar à luz a um filho e “cumprir sua função de perpetuar a linhagem do marido” (LÉVI-STRAUSS, 1986).

No Brasil, o termo “família tradicional” é cunhado por conservadores e busca representar um ideal tardio, “transicional e que teve lugar importante no desenvolvimento da família na década de 1950”, (GIDDENS, 2000, p.66). De acordo com Giddens, uma minoria vive atualmente no que seria a família tradicional.

Por família tradicional entende-se grupo composto por ambos os pais morando juntos com os filhos nascidos de seu casamento, sendo a mãe uma dona-de-casa em tempo integral e o pai assegurando o sustento (GIDDENS, 2000).

Ativistas e políticos conservadores diagnosticam frequentemente o colapso da família e pedem pelo retorno da família tradicional. Esse movimento, segundo Giddens, envolve mais a “nostalgia em torno do santuário perdido da família do que qualquer outra instituição com raízes no passado”. Na mesma linha, Lévi-Strauss declara que “as formas sobas quais ela [a família] se manifesta não tem qualquer pertinência, pelo menos no que respeita à necessidade natural”.

Atualmente, com a evolução dos costumes, a globalização, a emancipação das mulheres e a busca pela liberdade sexual e de gênero, as famílias passaram a abranger modelos diferentes daqueles que eram destinados apenas para união nuclear patriarcal heterossexual com ênfase na reprodução e na manutenção da economia (MATOS, 2000). A construção familiar passa a ser definidas como “um relacionamento baseado

⁴ Estado conjugal em que um homem desposa uma única mulher ou uma mulher com um só marido (MICHAELIS, 2016).

na comunicação emocional, em que as recompensas derivadas de tal comunicação são a principal base para a continuação do relacionamento” (GIDDENS, 2000).

A família é um ente reconhecido por vários tratados internacionais de direitos humanos em que existe a participação do Brasil. A Organização das Nações Unidas (ONU) cita a importância da família na Declaração Universal dos Direitos Humanos como “elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado”. O texto não limita e nem tenta definir qual o tipo e como deu-se a formação dessa família a qual ele se refere.

A mudança nos arranjos familiares brasileiros passou-se a ser percebida com o decorrer das últimas décadas. Segundo o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a formação de famílias heteroafetivas com filhos caiu de 50,9% para 43,9% entre os anos de 2004 e 2013 .

De acordo com o Censo de 2010 , o IBGE afirma que identificou a formação de 60 mil famílias homoafetivas em todo o Brasil. Segundo os dados, 53,8% das famílias são formadas por casais de mulheres. Os dados revelam também que a região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) tem o maior número de famílias homoafetivas, com 32,2 mil pessoas; seguida pelo Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), com 12,1 mil; Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com 8 mil; Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, mais o Distrito Federal), com 4,1 mil, e o Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), com um total de 3,4 mil. A mesma pesquisa realizada pelo IBGE também aponta que, em 2010, a proporção de pessoas divorciadas, viúvas e solteiras também aumentou se comparada ao censo realizado em 2000, apontando a existência de famílias formadas por núcleos monoparentais, uniparentais e unipessoais mesmo que os dados não estejam quantificados

Os números, mesmo que defasados, apontam que os núcleos de modelos alternativos de família representam uma parcela significativa da sociedade. Fato este que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem buscado acompanhar transformações sociais e, em 2011, concedeu a casais homoafetivos os mesmos direitos que casais heteroafetivos e proibiu que as autoridades competentes se recusem a habilitar ou celebrar o

casamento civil ou a converter em casamento a união estável entre pessoas do mesmo sexo com a justificativa de que:

A Constituição não interdita a formação de família por pessoas do mesmo sexo. Consagração do juízo de que não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a sociedade, o que não se dá na hipótese sub judice. Inexistência do direito dos indivíduos heteroafetivos à sua não-equiparação jurídica com os indivíduos homoafetivos (STF, 2011, p. 614)

Pesquisas e estudos organizados por órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, classificam as famílias da seguinte forma: matrimonial (formada por um casal heterossexual com ou sem filhos), monoparental (formada por pai ou mãe com filho(s)), anaparental (formada por pessoas com parentesco, mas não de ascendência e descendência. Irmãos que vivam juntos, sem os pais, ou com tios, por exemplo), pluriparental (surge com a construção de uma nova família após o termino de um relacionamento anterior. Conta com homem, mulher e filhos da atual união e de uniões anteriores), homoparental (formada pela união de pessoas do mesmo sexo com ou sem filho(s)), eudemonista (surge da união de pessoas sem qualquer tipo de parentesco e relacionamento afetivo-sexual, ou seja, é aquela decorrente do afeto, independente de qualquer vínculo biológico, como amigos que morem juntos ou uma república de estudantes, por exemplo), paralela (surge após a formação de um núcleo familiar por um membro que já pertença a uma união matrimonial ou estável, ou seja, um dos membros pertence a uma outra família) e a unipessoal (núcleo familiar construído por apenas uma pessoa).

Apesar de abrir um leque com várias formações familiares, a pesquisa do IBGE não trata explicitamente das uniões em grupos indígenas do Brasil. Segundo Strauss, entre os Tupi-Kawahib da região central do país, por exemplo, é comum as uniões familiares poligâmicas em que o chefe do grupo se relaciona com várias mulheres, inclusive compartilhando-as com seus irmãos mais novos e hóspedes. “Estas mulheres criam em conjunto os seus respectivos filhos sem se preocuparem muito, no que parece, com o facto de a criança com que se ocupam seja ou não sua” (LÉVI-STRAUSS, 1986). Mesmo com tamanha pluralidade na sociedade como um todo, mas principalmente no Brasil, e diante dos números apresentados pelo último Censo do IBGE, políticos brasileiros travam um debate que pretende definir a família a partir de um olhar precipitado das uniões afetivas existentes e com isso ameaçam as famílias que não são

representadas por esse modelo de “família tradicional”, com o Projeto de Lei 6.583/13 que cria o Estatuto Da Família.

Em 16 de outubro de 2013, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei, de autoria de Anderson Ferreira, filiado ao Partido da República pelo estado de Pernambuco (PR-PE), que dispõe sobre o Estatuto da Família (PL 6.583/13). Em suas disposições, o texto do Projeto de Lei propõe no artigo 2º que “para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher , por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Ou seja, exclui-se todo e qualquer modelo alternativo de grupos familiares.

Diante deste cenário sócio-político, decidimos acompanhar como a mídia, especialmente a televisão, se comporta com a pluralidade de núcleos existentes e como essas famílias são representadas em telejornais. Isso porque a imprensa é uma engrenagem da comunicação social e um órgão capaz de formar opiniões e difundir notícias e conteúdos em diversas plataformas. Para analisar o tema proposto foi realizada uma pesquisa para quantificar a representatividade de modelos familiares em telejornais.

Método

O início deste artigo deu-se por meio de pesquisa bibliográfica para um embasamento prévio das discussões levantadas neste trabalho como as representações sociais; o direito aplicado à família e metodologia de pesquisa em jornalismo.

De acordo com Gil (2007), esse tipo de pesquisa caracteriza investigações acerca de ideologias e que se propõem a analisar várias posições sobre o problema. Para Fonseca (2002), qualquer trabalho acadêmico inicia-se pela pesquisa bibliográfica. Segundo o autor essa investigação

é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O autor também discute sobre a pesquisa documental, que trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, mas utiliza outros tipos de fontes, como “tabelas

estatísticas, jornais, revistas, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc” (FONSECA, 2002, p. 32).

Durante a fase de pesquisa deste projeto, foram analisadas notícias publicadas pela Rede Globo de Comunicação em sua plataforma on-line, o “Globo Play”, que concentra os materiais produzidos pela emissora em todo o território nacional. O veículo foi escolhido por fazer parte do maior conglomerado de mídia do Brasil e ser o 17º de todo o mundo. Fazem parte do conglomerado veículos e empresas, incluindo TV Globo, Globosat, Globo.com, Editora Globo, Infoglobo, Sistema Globo de Rádio, Som Livre, Globo Filmes, entre outros e por isso tem o maior alcance ao público do país.

De acordo com Fonseca (2008), a análise de conteúdo é um método das ciências sociais e humanas que visa investigar fenômenos por meio de técnicas de pesquisa. Além do teórico, Herscovitz (2008) também corrobora e afirma que esse método tem a capacidade de se relacionar com a história e seria uma forma de rastrear, futuramente, uma civilização.

Aplicado ao Jornalismo, a análise de conteúdo é capaz de detectar critérios de noticiabilidade, tendências midiáticas e agendamentos. Além disso, a pesquisa, pode descrever e identificar exemplos de representatividade e “comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas” (HERSCOVITZ, 2008, p. 123). Porém, a autora afirma que não existe um método de pesquisa perfeito. “Todo aquele que é bem construído e bem conduzido tem mais chances de responder às hipóteses propostas em estudos científicos do que outros” (ibid.). Segundo a autora, mesmo que o método tenha sido superficial, a característica híbrida (qualitativa e quantitativa) reforça sua metodologia e não o contrário, como defende seus críticos.

Antes da discussão, é válido entender as diferenças entre as abordagens qualitativa e quantitativas. Na primeira, o pesquisador tende a evitar números e trabalha com a interpretação de realidades sociais, além de “aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno” (POLIT, BECKER E HUNGLER, *apud*. GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Na análise quantitativa, que tem raízes no pensamento positivista lógico, usa números e estatísticas para explicar dados (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002).

No caso desta pesquisa, foi realizada uma análise com abordagem qualitativa nas reportagens avaliadas. Porém, a análise qualitativa passou por processos quantitativos.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade e se preocupa com a “explicação dinâmica das relações sociais”.

Como características da abordagem, as autoras citam a

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009. p. 32).

Martin Bauer (2002) também acredita que a análise de conteúdo é capaz de “reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades”. Segundo o teórico, uma das vantagens da pesquisa com essa metodologia é a facilidade, a naturalidade da coleta de dados brutos e a capacidade de relacionar com uma grande quantidade de informações. Para Herscovitz, pesquisadores usam dessa metodologia para desvendar “os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas” (HERSCOVITZ, 2008).

Nesse sentido, durante a pesquisa deste projeto, o buscamos elaborar uma pesquisa de conteúdo qualitativa, com elementos quantitativos, para entender como as famílias são representadas na mídia. Para atingir este objetivo, reportagens da Rede Globo, hospedadas no Globo Play, foram selecionadas a partir do filtro “família”, no período entre 2 de janeiro de 2016 e 17 de maio de 2016.

O primeiro passo durante a pesquisa foi desenvolver um questionário sobre o que seria analisado nos vídeos.

Em “tipos de reportagens” foi selecionado as categorias nota coberta, nota pelada, stand-up, reportagem e reportagem especial. A primeira, ocorre quando o âncora narra a notícia com imagens de cobertura. Na nota pelada, o apresentador dá a notícia sem contar com imagens do fato. Em stand-up, o jornalista faz um “falso ao vivo” no local do fato. Em reportagens, o mais comum, o jornalista dá a notícia com a participação de personagens, entrevistados e descrições. Já a reportagem especial conta com um aprofundamento maior sobre o assunto, geralmente ocupando maior espaço

dentro do telejornal ou programa específico. O objetivo desta pergunta é descobrir em que tipo de produção jornalística as famílias são representadas.

A segunda pergunta, “duração da matéria”, tem o objetivo de verificar quanto tempo é destinado para assuntos relacionadas à família e pretende verificar a representatividade de modelos que não se enquadram na “família tradicional”.

O questionário também busca analisar quais foram os espaços na programação da emissora e como o conceito de família foi usado nas editorias e blocos de cada programa. Para isso, foram criadas categorias em editorias como Cotidiano, Economia, Saúde, Policial, Educação e Política.

Além disso, a pergunta mais importante, “quais os tipos de famílias representadas”, busca verificar e responder a hipótese inicial deste trabalho que é entender quais os espaços em que modelos alternativos de família são representados e qual a sua proporção diante do modelo tradicional.

Pesquisa

Após selecionar todas as notícias desse período, todos os dados obtidos foram aplicados na plataforma Google Forms para extração do conteúdo da pesquisa. O conteúdo das reportagens passou por uma análise qualitativa com processos quantitativos que avaliou a duração do material, os programas que veicularam a matéria, a editoria, o modelo familiar representado na reportagem, o número de vezes que “família” é citado no texto e se o repórter usou algum sinônimo para falar sobre aquele núcleo familiar.

Foram obtidas 55 respostas na pesquisa em relação às notícias analisadas. A duração das matérias variou de 28 segundos, em uma nota coberta no Bom Dia Brasil, a uma grande reportagem de mais de onze minutos exibida no Fantástico, a revista eletrônica semanal da emissora. O restante das matérias, descartada a mais longa e a mais curta, têm em média a duração de três minutos.

De todas reportagens analisadas na pesquisa, foi observado que 11 foram veiculadas no Bom dia Brasil; 10 no RJTV; 7 no SPTV; 6 no Fantástico; 4 no Jornal Nacional; 3 no Jornal Hoje; 3 Globo Repórter; 2 no Mais Você; 2 no Hora 1; 2 no Como Será?; 1 no Jornal da Globo; 1 no Bem-Estar; 1 no É de casa; 1 no Globo Esporte; e 1 no Pequenas Empresas & Grandes Negócios.

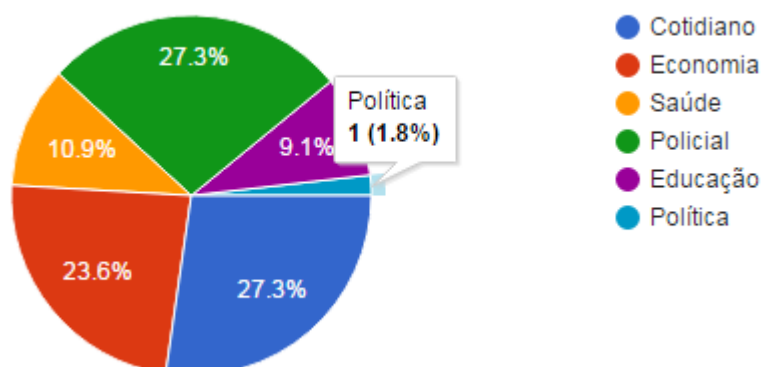
TABELA I

Programa	Número de reportagens
Bom dia Brasil	11
RJTV	10
SPTV	7
Fantástico	6
Jornal Nacional	4
Jornal Hoje	3
Globo Repórter	3
Mais você	2
Hora 1	2
Como será?	2
Jornal da Globo	1
Bem-Estar	1
É de casa	1
Globo Esporte	1
Pequenas empresas & Grandes negócios	1
Total	55

Cabe ressaltar que alguns dos programas observados não são propriamente telejornais da emissora, mas sim programas que mesclam entretenimento e informação. O conceito de “INFOtenimento”, neologismo que relaciona o hibridismo entre as duas correntes televisivas, sintetiza a especificidade de que “uma mesma matéria pode muito bem informar, entretendo ou, então, entreter por meio da informação. Nela, o limite ético que separa jornalismo e entretenimento não existe” (DEJAVITE, 2007), por isso, não foram descartadas.

Para abranger todos os temas possíveis foram utilizadas as categorias: Cotidiano, Economia, Saúde, Policial, Educação e Política. De todas as reportagens analisadas, 15 (27,3%) das respostas foram catalogadas em Cotidiano; 15 (27,3%) em Policial; 13 (23,6%) em Economia; 6 (10,9%) em Saúde; e 5 (9,1%) em Educação; e 1 (1,8%) em Política.

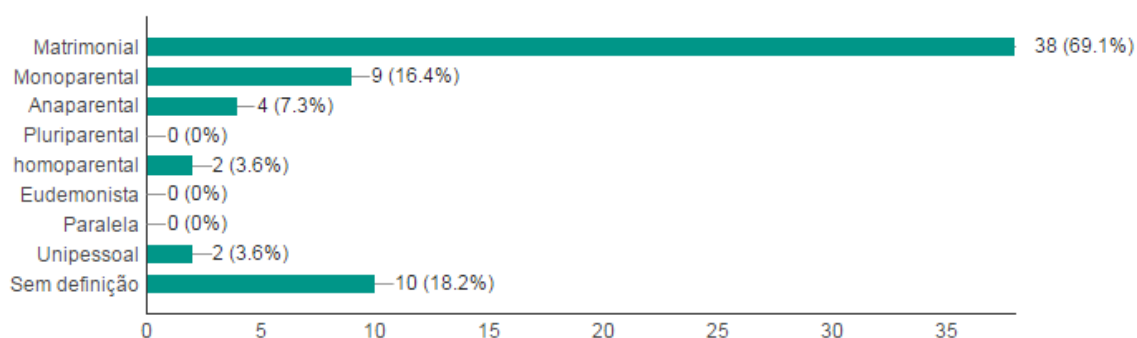
GRÁFICO I



A pesquisa também avaliou qualitativamente os modelos de família e agrupamentos familiares representados pelas reportagens veiculadas. Nota-se que o modelo de “família tradicional” ocupa uma grande parte do noticiário.

Segundo o levantamento realizado nesta pesquisa, 69,1% dos núcleos familiares representados pelo telejornal são formados por famílias matrimoniais. Na sequência famílias monoparentais (16,4%), anaparentais (7,3%), homoparentais (3,6%) e unipessoal (3,6%). Modelos familiares formados por núcleos pluriparentais, eudemonistas e uniões paralelas não foram encontrados. Em dez reportagens (18,2%) não há clareza na composição do núcleo familiar e foram catalogados como “sem definição”.

Tipos de famílias apresentadas (55 responses)



Em algumas reportagens analisadas, como “Atraso na volta das creches prejudica famílias de Santo André” e “Número de mulheres que são chefes de família e

donas do próprio negócio cresce no Brasil” apresentam mais de um tipo de núcleo familiar. Nesta última e em “Conheça as histórias de duas mulheres que são chefes de família”, o termo “mãe solteira” foi usado como sinônimo de família.

Das duas vezes em que as matérias representaram famílias homoafetivas, “Uma família que dá exemplo” e “Dicionário Houaiss dá uma nova definição para o verbete 'família’”, o tema das reportagens traz informações sobre a adoção de crianças. Nessa última, além de famílias homoparentais, a narrativa da reportagem também traz famílias monoparental e anaparental e coloca o Estatuto da Família em discussão.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada podemos verificar um contraste entre a formação familiar brasileira e como ela é representada pela mídia, neste caso o jornalismo televisivo, diante de um cenário político que pode aprovar um projeto de lei que não representa grande parte da sociedade brasileira, tendo em vista os números apresentados pelo Censo de 2010 e os avanços das políticas públicas para o público LGBT, que conquistou direitos de lá pra cá.

Além de disso, é possível observar que das poucas vezes em que núcleos alternativos de família são representados no noticiário isso acontece porque o foco principal da notícia é a adoção de crianças e não o papel social da família em si, tão pouco como personagens do cotidiano para reportagens televisivas.

A pesquisa e a discussão apresentadas neste artigo fazem parte do Trabalho de Conclusão de Curso que vai gerar um webdocumentário que discutirá sobre o tema e as famílias que não são representadas pela mídia tradicional com previsão de entrega para o final do segundo semestre de 2016.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Camila. **O que se entende por família eudemonista?** Artigonal. Diretório de Artigos Gratuitos. 03 out. 2008. Disponível em: <<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/117577/o-que-se-entende-por-familia-eudemonistacamila-andrade>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

ARRUDA, Ângela; **Teorias das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 20/10/2015.

BRASIL, Antônio. **Eles se recusam a morrer**. Observatório da Imprensa: Você nunca mais vai ler um jornal do mesmo jeito. Rio de Janeiro, p. 1-3. 24 abr. 2002

BRASIL. Código Civil (2002). **Código Civil da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Casa Civil. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 25/03/2016.

_____. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Rio de Janeiro, 2009. Jorge Zahar.

DEJAVITE, Fabia Angélica. **A notícia light e o jornalismo de infotimento**. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1472-1.pdf>>.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 688 p., 24cm. ISBN 9788520340431.

DUVEEN, Gerard. **O poder das ideias**. In: MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 1. ed. Rio de Janeiro: Vitória, [1975]. 175 p., 23cm.

FONSECA, Wilson Corrêa da. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, 2009. 120 p., 17,5x25cm. ISBN 978-85-386-0071-8

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 108 p., 21cm. ISBN 8501058637.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GUARESCHI, Pedrinho. **Representações sociais e ideologia**. Revista de Ciências Humanas: Edição Especial Temática, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.33-46, jun. 2000.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Cap. 2. p. 123-142.

LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 286 p., 21cm. (Fazer jornalismo). ISBN 9788532635037.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. 70. ed. Lisboa, 1986.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. **As famílias não fundadas no casamento e a condição feminina**. Vol. 1. 1 vols. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 224 p.

_____. **Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil.** Cadernos Pagu, Goiânia, p.197-225, 01 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

POLI, Luciana Costa, e Leonardo Macedo POLI. **A família contemporânea: reflexões sobre o casamento homoafetivo à luz dos princípios constitucionais.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, 2013.

RUTHES, Igor Fernando; NETO, José Osório do Nascimento. **A orientação sexual como direito fundamental e suas consequências no reconhecimento de direitos às minorias sexuais.** I Jornada Sul-americana de Direitos Fundamentais: Brasil (UNOESC), 2015: 416 p.